

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 20 de julho de 2023 às 07h52
Seleção de Notícias

O Estado de S. Paulo | BR

Direitos Autorais

Por direito autoral, artistas processam companhias de inteligência artificial 3
ECONOMIA E NEGÓCIOS

Correio Braziliense - Online | BR

19 de julho de 2023 | Pirataria

Apple e Amazon são multadas em 194 milhões de euros por restringir a concorrência 5
TECNOLOGIA | AGÊNCIA FRANCE-PRESSE

Folha.com | BR

19 de julho de 2023 | Direitos Autorais | Direito de Imagem

Filha de Leila Diniz processa Regina Duarte, Michelle Bolsonaro e PL por imagem 6
ÚLTIMAS NOTÍCIAS | LUCAS BRÊDA

O Globo Online | BR

19 de julho de 2023 | Pirataria

Museo do Prado inaugura mostra com grandes falsificações de obras dos mestres do Renascimento 11

Consultor Jurídico | BR

19 de julho de 2023 | Direitos Autorais

Juiz nega pedido de indenização de artista após cessão de estátua ao Museu Pelé 13
CONSULTOR JURÍDICO

Monitor Mercantil Digital online | RJ

19 de julho de 2023 | Propriedade Intelectual

China vê progresso no desenvolvimento de propriedades intelectuais 15

CNN Brasil Online | BR

19 de julho de 2023 | Direitos Autorais

Milhares de escritores exigem pagamento de empresas de IA pelo uso de suas obras 16
BRIAN FUNG

Por direito autoral, artistas processam companhias de inteligência artificial

ECONOMIA E NEGÓCIOS

Tecnologia Chatbots

Escritores, ilustradores e cineastas dizem que conteúdo que orientou ferramentas foi obtido sem autorização; eles exigem compensação

WASHINGTON

Um grupo cada vez mais barulhento de artistas, escritores e cineastas tem se queixado que ferramentas de inteligência artificial como os chatbots ChatGPT e Bard foram treinadas ilegalmente em seus trabalhos sem permissão ou compensação.

O ChatGPT, da OpenAI, e o gerador de imagens Dall-E, assim como Bard, do Google, e Stable Diffusion, da Stability AI, foram todos abastecidos com bilhões de notícias, livros, imagens, vídeos e postagens de blogs retirados da **internet**. Grande parte desse material é protegido por **direitos** autorais.

Na semana passada, a comediantes Sarah Silverman entrou com um processo contra a OpenAI e a empresa controladora do Facebook, a Meta, alegando que elas usaram uma cópia pirateada de seu livro nos dados de treinamento das ferramentas. Ela chegou a essa conclusão ao descobrir que os dois dispositivos conseguiam resumir seu livro com precisão. Os romancistas Mona Awad e Paul Tremblay abriram um processo semelhante contra a OpenAI.

Em outra frente, pelo menos 5 mil autores, incluindo Jodi Picoult, Margaret Atwood e Viet Thanh Nguyen, assinaram petição exigindo que as empresas de tecnologia obtenham o consentimento e deem crédito e compensação aos escritores cujos livros foram usados nos dados de treinamento.

Foram ainda abertas duas ações coletivas contra a OpenAI e o Google, ambas alegando que as empresas

violaram os direitos de milhões de usuários da **internet** ao usar seus comentários nas redes sociais para treinar IA. E, na semana passada, a Comissão Federal de Comércio (FTC, na sigla em inglês) abriu uma investigação para verificar se a OpenAI violou os direitos do consumidor com suas práticas de dados.

CERCO. O cerco também vem do poder público. Na quarta-feira passada, o Congresso dos EUA fez a segunda de duas audiências para debater **direitos** autorais ouvindo representantes da indústria musical, Adobe (dona do Photoshop), Stability AI e a artista conceitual e ilustradora Karla Ortiz.

"Essas empresas de IA usam nosso trabalho como dados de treinamento e matéria-prima para seus modelos de IA sem consentimento, crédito ou compensação", disse Karla, que trabalhou em filmes como Pantera Negra e Guardiões da Galáxia. "Nenhuma outra ferramenta depende exclusivamente dos trabalhos de outros para gerar imagens. Nem o Photoshop, nem o 3D, nem a câmera, nada se compara a essa tecnologia."

MOVIMENTO. A onda de processos, queixas de pessoas famosas e pedidos de regulamentação passou a representar a maior barreira até agora para a adoção de ferramentas de IA.

Artistas afirmam que os meios de subsistência de milhões de trabalhadores do segmento estão em jogo, especialmente porque as ferramentas de IA já estão sendo usadas para substituir alguns serviços feitos por humanos.

A captura em massa de obras de arte, escrita e filmes da web para treinamento de IA. é uma prática que os criadores dizem que nunca consideraram ou consentiram.

Continuação: Por direito autoral, artistas processam companhias de inteligência artificial

De seu lado, as empresas argumentam que o uso de obras protegidas por **direitos** autorais para treinar IA se enquadra no "uso justo" - um conceito na lei de **direitos** autorais que cria uma exceção se o material for alterado de uma maneira "transformadora".

"Os modelos de IA estão basicamente aprendendo com todas as informações que estão disponíveis. É semelhante a um estudante indo e lendo livros em uma biblioteca e aprendendo a escrever e a ler", disse Kent Walker, presidente de assuntos globais do Google, em uma entrevista na semana passada. "Ao mesmo tempo, você precisa garantir que não está reproduzindo os trabalhos de outras pessoas e fazendo coisas que seriam violações de **direitos** autorais."

OpenAI, Google e Microsoft não divulgam informações sobre quais dados usam para treinar seus modelos, dizendo que isso poderia permitir que pes-

soas mal-intencionadas repliquem seu trabalho e usem as IAs para fins maliciosos. #WP

-

Essas empresas de LA usam nosso trabalho sem consentimento, crédito ou compensação yy

Karla Ortiz

Ilustradora

(Uma IA) É semelhante a um estudante indo a uma biblioteca e aprendendo a escrever e a ler yy

Kent Walker

Google

Apple e Amazon são multadas em 194 milhões de euros por restringir a concorrência

TECNOLOGIA

A Comissão Nacional dos Mercados e Concorrência (CNMC) da Espanha multou nesta terça-feira (18) as gigantes americanas Apple e Amazon em 194 milhões de euros (US\$ 218 milhões ou R\$ 1,05 bilhão), no total, por "restringirem a concorrência" na distribuição de produtos da maçã no ramo espanhol da gigante de comércio eletrônico.

As duas gigantes da tecnologia são acusadas pela Comissão Nacional de Mercado e Concorrência (CNMC) da Espanha de terem restringido o acesso à plataforma Amazon a alguns revendedores de produtos da Apple por meio de dois contratos assinados em outubro de 2018.

As cláusulas dos contratos indicavam que "apenas uma série de distribuidores designados pela própria Apple poderia vender produtos da marca através do site da Amazon na Espanha", detalhou o comunicado da agência, encarregada de garantir as normas da concorrência no país.

Além disso, os acordos "limitaram a possibilidade das marcas concorrentes da Apple adquirirem espaço publicitário no site da Amazon na Espanha para anunciar seus produtos", o que prejudica "diretamente os consumidores, já que limita a sua capacidade de descobrir novas marcas e/ou produtos alternativos aos da Apple", acrescentou a nota.

A CNMC, que estima que essas práticas conseguiram "alterar a dinâmica de vendas dos produtos Apple no site da Amazon na Espanha", afirma que a multa para a Apple chega a 143,6 milhões de euros (R\$ 779,1 milhões), enquanto a Amazon terá que pagar 50,5 mi-

lhões de euros (R\$ 273,9 milhões).

Em reação enviada à P, a Apple anunciou que pretende recorrer da decisão e afirmou que implementou essas medidas com a Amazon para "proteger os usuários" dos riscos de **falsificações**.

objetivo da Apple é "proteger os usuários dos riscos ligados à segurança e à qualidade dos produtos falsificados", afirmou o grupo, que com estas medidas assegura ter conseguido "reduzir efetivamente a **falsificação**".

Assim como outras gigantes da tecnologia, Apple e Amazon receberam diferentes sanções europeias nos últimos anos por não respeitarem a lei da concorrência.

Na Itália, a Amazon foi multada em dezembro de 2021 em 1,1 bilhão de euros (R\$ 5,9 bilhões). Já a Apple foi penalizada em 371,6 milhões de euros (R\$ 2,01 bilhões) em outubro de 2022.

A União Europeia estabeleceu, em março de 2022, uma nova legislação para reprimir os abusos da posição dominante dos gigantes digitais. objetivo é agir antes que o comportamento abusivo destrua a concorrência.

Notícias pelo celular

. É de graça. , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

Filha de Leila Diniz processa Regina Duarte, Michelle Bolsonaro e PL por imagem

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

A diretora e roteirista Janaina Diniz Guerra, filha da atriz Leila Diniz, está processando a atriz Regina Duarte, o Partido Liberal, de Jair Bolsonaro, e a esposa do ex-presidente, Michelle Bolsonaro, por uso indevido e não autorizado de uma imagem de sua mãe.

A informação foi divulgada pela coluna Ancelmo Gois e confirmada pela Folha.

Guerra está movendo duas ações indenizatórias pelo que considera ser uma violação ao **direito** de imagem e honra de sua mãe. Os processos se referem ao compartilhamento nas redes sociais de uma foto de Leila Diniz em um protesto contra a censura da ditadura militar, em 1968, que teria sido retirada de contexto.

Regina Duarte está sendo acusada por publicar no Instagram, em dezembro do ano passado, um vídeo em defesa do regime militar que inclui a foto com Diniz e outras cinco atrizes. Na peça, a foto é exibida em meio a frases como "1964 foi uma exigência da sociedade" e "as mulheres nas ruas pediam o restabelecimento da ordem", ditas por Bolsonaro.

Já na ação contra o PL e Michelle Bolsonaro, a acusação é de que a mesma foto foi usada de forma indevida, mas em outro contexto. Em postagem feita pelo PL Mulher, do qual Michelle é presidente, em fevereiro deste ano, a ex-primeira dama se coloca ao lado das atrizes em montagem que celebra a conquista do voto feminino.

Nem Regina Duarte nem o Partido Liberal responderam aos contatos da reportagem. Até a publicação deste texto, as postagens continuavam no ar.

A foto emblemática traz Leila Diniz, ícone do feminismo que morreu aos 27 anos em um acidente aéreo, ao lado de outras atrizes - Eva Todor, Tônia Carrero, Eva Wilma, Odete Lara e Norma Bengell. Elas faziam parte dos protestos, que incluíram uma greve de artistas no Rio de Janeiro, contra cortes e proibições de peças de teatro feitos pela ditadura instaurada no país a partir de 1964.

Janaina Diniz Guerra pede indenização de R\$ 52.800, o limite do juizado especial cível, em cada uma das ações.

Veja fotos da atriz Leila Diniz, morta ao 27 anos

Continuação:
Filha de Leila Diniz processa Regina Duarte, Michelle Bolsonaro e PL por imagem

ic_save

ic_share

Ícone fechar

Continuação:
Filha de Leila Diniz processa Regina Duarte, Michelle Bolsonaro e PL por imagem

Voltar

Voltar

Compartilhe

Voltar

Ícone

Ícone

Ícone

Ícone de messenger

Continuação:
Filha de Leila Diniz processa Regina Duarte, Michelle Bolsonaro e PL por imagem

Messenger

"A memória de minha mãe é justamente de ruptura com todo o conservadorismo defendido pelo PL e por Michelle Bolsonaro que, em sua época, foi imposto pela ditadura militar, regime ao qual ela se opôs. O uso político, não autorizado, da imagem de minha mãe respaldando a pré-campanha de Michelle Bolsonaro é uma imensurável ofensa a tudo que minha mãe representou e ainda representa", diz Guerra em comunicado.

Ícone

"Quanto à Regina Duarte, respeito suas posições políticas embora discorde por completo, mas é inadmissível que ela inverta a realidade, utilizando a imagem de suas colegas como se elas tivessem ido às ruas pedir intervenção militar, quando estavam fazendo o contrário, o protesto era justamente contra a censura imposta pela ditadura. É uma mentira. Essa mentira foi claramente publicada em suas redes como forma de defesa da Ditadura Militar e incitação aos tenebrosos atos de 8 de janeiro. É de uma gravidade indescritível", afirma a filha de Leila Diniz.

Ícone de envelope

E-mail

Ícone de link Cadeado representando um link

Copiar link

Continuação:
Filha de Leila Diniz processa Regina Duarte, Michelle Bolsonaro e PL por imagem

Museo do Prado inaugura mostra com grandes falsificações de obras dos mestres do Renascimento

O napolitano Luca Giordano (1634-1705), também conhecido na Espanha como Lucas Jordán, era chamado de Luca fã presto ("Luca, apresse-se") por seu pai por sua extraordinária velocidade em pintar obras que provinham de seu talento, mas também por imitar seus mestres favoritos, incluindo Rafael, Rubens e Ticiano. O Museo do Prado inaugurou a surpreendente exposição permanente "Nos limites da criatividade: cópias, versões, pastiches e **falsificações**", reunindo cópias magistrais de obras de grandes artistas entre os séculos XV e XX do Renascimento.

O Prado guarda "um número considerável de exemplares, tendo herdado parte dos que pertenceram às Coleções Reais e a instituições eclesiásticas", explica o museu. As razões pelas quais uma das melhores galerias de arte do mundo os manteve oscilam entre "a impossibilidade de possuir os originais famosos e seu próprio valor como testemunho do talento de copiadorees renomados", como Eugenio Cajés, Pietro Facchetti ou Manuel Ramírez Ibáñez.

A Coroa espanhola, desde os primeiros Habsburgos, encomendou cópias de grandes pinturas para registrar obras importantes que iam ser dadas a outros reis ou nobres, embora também aceitasse receber versões de mestres estrangeiros daqueles que não possuíam as pinturas originais. Além disso, quando as academias foram criadas, a cópia dos grandes artistas foi promovida como um método essencial de aprendizado para os pintores iniciantes. Seu momento de pico foi o século XIX.

Luca Giordani executou "A Sagrada Família com San Juanito", de Rafael, também conhecida como "Madonna com a rosa", com tanta fidelidade que "surpreendeu seus contemporâneos por sua extraordinária capacidade de imitar o estilo de vários grandes mestres do passado". Nesta obra, ele emula o estilo do gênio italiano, embora reinterprete liv-

remente a Virgem. Para deixar claro que se trata de uma cópia de um dos mais aclamados pintores do Renascimento, Giordani assinou as iniciais RSV (Rafael Sanzio de Urbino) na área inferior direita, deixando claro que havia "uma certa intenção" de imitação.

O autor da cópia do "Casamento de Psiquê e Cupido", de Giulio Romano (1499-1546), não deixou assinatura, mas sabe-se que não conseguiu aceder ao original, pintado no Palazzo Te de Mântua, pois usou uma gravura do renascentista Giorgio Ghisi. Isso permite que as diferenças sejam apreciadas no fundo, no primeiro plano e, acima de tudo, na cor. As obras de Ghisi incluem apenas tons que vão do branco ao preto.

Em 1603, Felipe III deu a seu primo, o imperador Rodolfo II, "O sequestro de Ganimedes" e "A fábula de Leda", de Antonio Alegri da Correggio. Mas o monarca gostou tanto das pinturas que encomendou a Eugenio Cajés (1574-1634) uma obra que finalmente ganhou um valor especial ao documentar a posição da princesa etólia no original, antes de ser danificada no século XVIII.

Quando Antonio Pérez, secretário de Felipe II, fugiu de Castela a caminho de Aragão, França e Inglaterra, teve que deixar para trás todos os seus pertences, incluindo "Cupido", obra de Parmigianino (1503-1540), que retrata o cupido esculpindo um arco. Felipe III deu-o, juntamente com outros, também a Rodolfo II, mas antes "mandou fazer esta cópia para guardar memória do original". Cajés também ficou encarregado do trabalho.

2 de 2

Cópia de "Diana e Actaeon", de Ticiano, outra obra da nova mostra em Madri - Foto: Divulgação Cópia de "Diana e Actaeon", de Ticiano, outra obra da nova

Continuação: Museo do Prado inaugura mostra com grandes falsificações de obras dos mestres do Renascimento

mostra em Madri - Foto: Divulgação

Em 1516, Rafael retratou seus amigos Agostino Beazzano e Andrea Navagero juntos. No entanto, anos depois, um pintor cujo nome não é revelado, mas possivelmente de origem veneziana, "calculou o original e fez uma duplicata exata". Em 1686, a cópia chegou à Espanha e foi exposta na Galería del Mediodía do Alcázar de Madri.

No final do século XIX, a procura pelas pinturas de El Greco aumentou exponencialmente, o que desencadeou o número de cópias e **falsificações**, muitas delas de má qualidade, outras nem tanto. O hábito do próprio cretense de fazer variações em suas réplicas encorajou os copistas a "introduzir substitutos fraudulentos com diferenças dos originais" difíceis de detectar. Foi o caso de "A adoração dos pastores". Quando os especialistas do Prado o examinaram, descobriram que outra cópia de uma figura de um período posterior a El Greco estava escondida sob sua pintura.

Juan Bautista Martínez del Mazo (1611-1667), de Cuenca, era um especialista em pintar versões de Ti-

ciano, Rubens, Snyders e Paul de Vos. Além disso, mostrou-se tão próximo de Velázquez tanto na iconografia dos modelos oficiais como na sua técnica que os especialistas têm tido sérias dificuldades para "diferenciar a atribuição de algumas obras", admite o Prado. A exposição mostra "Diana e Actaeon" e "Diana e Callisto", obras copiadas de Ticiano. Sua capacidade de reproduzir os grandes mestres e imitar seu estilo fez com que Del Mazo se dedicasse a fazer versões em pequeno formato dos originais e posteriormente vendê-los para monarcas e nobres ingleses. Os primeiros a decorar seus palácios, os segundos a emular os gostos dos soberanos.

No século XIX, os estudantes de pintura espanhóis que se aposentavam em Roma imitavam os grandes mestres em escala real, a fim de capturar o melhor possível sua técnica pictórica. E foi o que fez Manuel Ramírez Ibáñez (1856-1925) com "O amor sagrado e o amor profano", de Ticiano. Fez uma cópia, mas como a pintura original, por falta de restauro, era de cor âmbar e ele não sabia, deu-lhe a mesma tonalidade. Ele fez uma cópia tão exata que incluía sujeira acumulada ao longo dos séculos.

Juiz nega pedido de indenização de artista após cessão de estátua ao Museu Pelé

Ceder algo gratuitamente e depois cobrar por sua utilização é uma conduta contraditória e não comporta posteriores pedidos de compensação pelo suposto uso indevido do bem. Com essa fundamentação, o juiz Fabio Sznifer, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Santos (SP), negou o requerimento de um artista plástico que emprestou uma estátua de sua autoria à Prefeitura de Santos para ser exposta no Museu Pelé. Ele pleiteou ser ressarcido em R\$ 100 mil por dano material e ainda receber indenização de R\$ 80 mil por dano moral.

"Ressalto que a cessão gratuita confessada pela parte autora, com posterior intenção de cobrar pela cessão da obra, viola a boa-fé objetiva, na conduta parcelar venire contra factum proprium, não havendo espaço à aceitação da tese autoral nesse ponto", destacou o julgador - o brocardo em latim diz que "ninguém pode comportar-se contra seus próprios atos". Sznifer destacou que não foi estipulado pelo autor um limite de tempo e espaço para a utilização da estátua do Rei Pelé, e, "diante da cessão operada, a gratuidade e o uso eram presumidos". O artista plástico também alegou violação ao seu direito autoral, previsto na Lei 9.610/1998, porque na exposição de sua obra no Museu Pelé não houve a indicação de autoria.

Outra afronta à legislação especial, conforme o requerente, dizia respeito à suposta modificação que a estátua teria sofrido, mediante a colocação de uma máscara de proteção facial no rosto da escultura de 1,73 metro de altura, produzida com chapas laminadas de alumínio. O juiz, porém, não vislumbrou ofensas ao direito autoral do demandante. "O que ocorreu foi a mera colocação de máscara na obra (sem desnaturá-la), em alusão ao incentivo à utilização deste acessório pela sociedade local em razão da pandemia da Covid-19 que assolou o mundo. A ideia assim caminhou, ao olhar atento, na direção de aproveitar a exposição da obra para conscientizar a população sobre hábitos de proteção à vida e à saúde da população em geral, diante de grave situação de

saúde pública, contemporânea à época, sem qualquer alteração da essência da obra." Sobre a omissão do museu em indicar na estátua do Rei Pelé quem é o seu autor, Sznifer avaliou que ela, por si só, não caracteriza violação a **direitos** autorais, "especialmente porque no presente caso a utilização foi devidamente autorizada, diante da cessão realizada, na qual a parte autora transferiu à requerida o direito de utilização da obra".

Além disso, o artista não comprovou ter feito à prefeitura qualquer exigência do uso de seu nome, pseudônimo ou sinal convencional. Conforme a inicial, em agosto de 2012 o autor cedeu a estátua do Rei Pelé à Secretaria de Turismo de Santos para uma "temporada curta de exposição". Quando a obra foi levada ao Museu Pelé, o requerente ofereceu a sua compra ou locação, mas o município teria recusado as duas hipóteses com a justificativa de não possuir verba. Mesmo assim, de acordo com o artista, a escultura continuou exposta sem qualquer contrapartida financeira. A prefeitura negou ter desrespeitado os direitos do requerente, afirmando que nunca se opôs à retirada da obra e nem se beneficiou de sua posse. A ação só foi ajuizada em abril do ano passado, sendo a prefeitura expressamente interpelada pelo artista apenas no mês anterior. Não houve a demonstração de que, antes, a exposição da estátua fora condicionada a uma contraprestação pela ré.

"É incontroverso que o autor, conforme confessado, cedeu a obra para uso da municipalidade mediante contrato verbal. A cessão, pois, dos direitos patrimoniais, no caso, é inequívoca. De outro lado, o autor não comprova que a estátua foi cedida para exposição por tempo determinado e para exposição certa", observou o juiz. Além disso, o artista não comprovou que a municipalidade se recusou a devolver a estátua. Ao contrário, ele admitiu que um representante da prefeitura, em resposta à sua notificação, informou por telefone que a estátua não seria mais exposta no Museu Pelé, estando liberada para ser retirada. Contudo, o autor confessou ex-

Continuação: Juiz nega pedido de indenização de artista após cessão de estátua ao Museu Pelé

pressamente nos autos que não foi buscar a obra. Diante desse cenário, a ação foi julgada improcedente em relação aos danos materiais e morais alegados. "As indenizações pretendidas não são cabíveis, na medida em que, não tendo havido conduta ilícita da ré, estão ausentes os pressupostos da responsabilidade civil.

Vale recordar que a norma civil é clara ao estabelecer o dever de indenizar àquele que cometer ato ilícito",

concluiu o julgador. Em razão do atual interesse manifestado pelo autor de proibir a utilização da estátua, Sznifer condenou a prefeitura a se abster de promover a exposição da obra. Além disso, havendo interesse do autor na retomada da escultura do Rei Pelé, deverá a requerida promover a sua devolução, cabendo ao requerente arcar com os custos para buscá-la. Processo 1010000-39.2022.8.26.0562

China vê progresso no desenvolvimento de propriedades intelectuais

Beijing, 19 jul (Xinhua) - O desenvolvimento da propriedade intelectual (PI) da China progrediu durante o primeiro semestre de 2023, disse o principal regulador de PI do país em uma coletiva de imprensa nesta terça-feira.

Nos primeiros seis meses deste ano, a China concedeu 433.000 patentes de invenção, 1,1 milhão de patentes de modelo de utilidade e 344.000 patentes de design, disse Hu Wenhui, vice-chefe da Administração Nacional de Propriedade Intelectual (NIPA, sigla em inglês) da China.

Durante o mesmo período, a China viu 35.000 aplicações internacionais arquivadas sob o Tratado de Cooperação de Patentes da Organização Mundial de **Propriedade** Intelectual (WIPO).

Até o final de junho, o número total de patentes de invenção válidas na China ultrapassou 4,56 milhões, enquanto o número de marcas registradas válidas na China era de cerca de 44,24 milhões.

Espaço Publicitário

Em termos de proteção de IP, no primeiro semestre de 2023, a China tratou de 21.000 casos de adjudicação administrativa relacionados a disputas de infração de patentes e iniciou a construção do primeiro lote de 10 zonas nacionais de demonstração de proteção de PI, de acordo com Hu.

A China tem visto um número crescente de empresas

inovadoras. Até o final de junho, o número de empresas domésticas com patentes de invenção válidas chegou a 385.000, um aumento de 60.000 em relação ao ano anterior. Eles registraram um total de 2,6 milhões de patentes de invenção válidas, representando mais de 70% do total doméstico.

O volume de importação e exportação de PI da China também registrou um crescimento estável. Durante os primeiros cinco meses deste ano, o valor da importação dos royalties de PI da China foi de 120,8 bilhões de yuans (cerca de US\$ 16,8 bilhões), enquanto o valor da exportação foi de 36,98 bilhões de yuans.

"As últimas estatísticas indicam que a China é uma importante contribuidora para a inovação global em tecnologias verdes e de baixo carbono", disse Ge Shu, um alto funcionário da NIPA, na coletiva de imprensa.

Ele acrescentou que os gestores de patentes chineses receberam 178.000 patentes de invenção em tecnologias verde e de baixo carbono, entre 2016 e 2022, representando 31,9% do total global.

Ele acrescentou que a NIPA promoverá ativamente a transformação e aplicação de patentes de tecnologia verde para melhor servir o desenvolvimento verde. Fim

Leia também:

Xinhua Silk Road Por Favor

Milhares de escritores exigem pagamento de empresas de IA pelo uso de suas obras

Milhares de autores estão solicitando pagamento de empresas de tecnologia pelo uso de seus trabalhos protegidos por **direitos** autorais no treinamento de ferramentas de inteligência artificial, marcando a mais recente crítica à propriedade intelectual voltada para o desenvolvimento da IA.

A lista de mais de 8.000 autores inclui alguns dos escritores mais famosos do mundo, incluindo Margaret Atwood, Dan Brown, Michael Chabon, Jonathan Franzen, James Patterson, Jodi Picoult e Philip Pullman, entre outros.

Em uma carta aberta, postada pelo Authors Guild - entidade que defende os interesses dos escritores - na terça-feira (18), os escritores acusaram as empresas de IA de lucrarem injustamente com seus trabalhos.

"Milhões de livros, artigos, ensaios e poesia protegidos por **direitos** autorais fornecem o 'alimento' para sistemas de IA, refeições sem fim para as quais não houve cobrança", dizia a carta.

"Você está gastando bilhões de dólares para desenvolver tecnologia de IA. É justo que você nos compense pelo uso de nossos escritos, sem os quais a IA seria banal e extremamente limitada."

A carta de terça-feira foi endereçada aos CEOs da OpenAI, fabricante do ChatGPT, Meta, controladora do Facebook, Google, Stability AI, IBM e Microsoft.

A maioria das empresas não respondeu imediatamente a um pedido de comentário. A Microsoft se recusou a comentar.

Grande parte da indústria de tecnologia agora está trabalhando para desenvolver ferramentas de IA que podem gerar imagens atraentes e trabalhos escritos em resposta às solicitações do usuário.

Essas ferramentas são construídas em grandes modelos de linguagem, que são treinados em vastos tesouros de informações online. Mas, recentemente, tem havido uma pressão crescente sobre as empresas de tecnologia por supostas violações de propriedade intelectual com esse processo de treinamento.

Este mês, a comediante Sarah Silverman e dois autores entraram com uma ação de **direitos** autorais contra OpenAI e Meta, enquanto uma ação coletiva proposta acusou o Google de "roubar tudo o que já foi criado e compartilhado na **internet** por centenas de milhões de americanos", incluindo conteúdo protegido por **direitos** autorais.

O Google chamou o processo de "infundado", dizendo que há anos usa dados públicos para treinar seus algoritmos.

A OpenAI não respondeu anteriormente a um pedido de comentário sobre o processo.

Além de exigir compensação "pelo uso passado e contínuo de nossos trabalhos em seus programas generativos de IA", os milhares de autores que assinaram a carta esta semana pediram às empresas de IA que solicitassem permissão antes de usar o material protegido por **direitos** autorais.

Eles também instaram as empresas a pagar aos escritores quando seu trabalho for apresentado nos resultados da IA generativa, "independentemente de os resultados estarem ou não infringindo a lei atual".

A carta também cita a decisão da Suprema Corte deste ano em Warhol contra Goldsmith, que concluiu que o falecido artista Andy Warhol infringiu os **direitos** autorais de um fotógrafo quando criou uma série de serigrafias com base em uma fotografia do falecido cantor Prince.

Continuação: Milhares de escritores exigem pagamento de empresas de IA pelo uso de suas obras

O tribunal decidiu que Warhol não "transformou" suficientemente a fotografia subjacente para evitar a violação de **direitos** autorais.

"A alta comercialidade de seu uso é um argumento contra o uso justo", escreveram os autores às empresas de IA.

Em maio, o CEO da OpenAI, Sam Altman, pareceu reconhecer que mais precisa ser feito para atender às preocupações dos criadores sobre como os sistemas de IA usam seus trabalhos.

"Estamos tentando trabalhar em novos modelos em

que, se um sistema de IA estiver usando seu conteúdo ou se estiver usando seu estilo, você será pago por isso", disse ele em um evento.

*Com contribuição de Catherine Thorbecke

Este conteúdo foi criado originalmente em inglês.

versão original

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3, 13, 16

Pirataria
5, 11

Direitos Autorais | Direito de Imagem
6

Propriedade Intelectual
15